



37ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA
12 de maio de 2009 – 9:30h
UMAPAZ Universidade do Meio Ambiente e Cultura de Paz
Av IV Centenário, s/nº Portão 7

PAUTA

Expediente:

I EXPOSIÇÃO SOBRE DESTINAÇÃO DE RECURSOS DO FEMA: ASPECTOS LEGAIS

Dr. Leandro Brasil Chaves - Chefe de Assessoria jurídica da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

II EXPOSIÇÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DA SVMA PARA AS ÁREAS DE MANANCIAS

Anita Correia de Souza - Diretora da Divisão de Unidades de Conservação

III Sugestão de inclusões na pauta.

- Pedido de prorrogação do prazo para entrega das propostas do Edital FEMA 07, de 22 de maio para 29 de maio.
- Implantação da Praça da Rua Oswaldo de Souza Pinto (Processo 2009- 0.058.178-2)
- Projeto Executivo Unidade II – Subprefeitura Perus (Processo 2008.0-188.354-3)
- Desfazimento e demolição de construções irregulares localizadas em áreas de proteção ambiental, nas Subprefeituras: Pirituba/Jaraguá, Freguesia do Ó/Brasilândia, Perus, Casa Verde, Santana/Tucuruvi, Jaçanã/Tremembé. (Processo 2007-0.335.278-0)

Ordem do dia:

Deliberação sobre as inclusões de pauta.



Coordenadora Helena Magozo: Boa noite a todos e a todas, então nós estamos dando início a trigésima sétima Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA aqui na UMAPAZ, no Ibirapuera. Eu queria registrar a presença hoje na nossa reunião dos colegas do Fundo Municipal de Fortaleza, que estão nos visitando aí com uma troca de experiências, idéias que sempre é muito rica dos dois lados, então muito obrigado, até o nosso café (coffee) esta mais enriquecido hoje, com umas comidinhas que eles trouxeram. Bom, então nós vamos início ao expediente, nós tínhamos previsto a exposição do Dr Leandro Brasil Chaves, que é o chefe de Assessoria Jurídica da Secretaria sobre destinação dos recursos do FEMA e seus aspectos legais, o Leandro teve um problema, não pode vir hoje, então ele se comprometeu a vir daqui a quinze dias na Reunião Extraordinária, então fica transferida essa fala para o dia 26, né, daqui a quinze dias, então nós vamos dar início o segundo ponto, que é a exposição sobre Políticas Públicas da Secretaria do Verde para as áreas de mananciais, quem vai estar falando com a gente é a Anita Correia de Souza que é diretora da Divisão de Unidades de Conservação, esse convite para a exposição Anita, resultou de um debate que nós tivemos na última reunião em que a gente entendeu que o pano de fundo é discutir mesmo a política pública de área de mananciais, trocar posições com os conselheiros, por favor, Anita. Ah! Desculpe, depois eu tenho um pedido de inclusão de pauta dada deliberação de três projetos, dois deles é uma questão só administrativa formal, como o Rubens vai colocar, já são projetos aprovados aqui pelo CONFEMA, é um ajuste da tabela Siub que foi reatualizada e o outro é um processo de desfazimento que depois também a gente vai contextualizar, então tudo bem da gente também incluir na pauta, incluir depois da exposição, essa deliberação. Nós recebemos depois do sétimo dia regimental para mandar para vocês, por isso que nós não pudemos mandar a tempo por e-mail, mas os processos estão aqui para avaliação. Então vamos lá Anita?

Anita Correia de Souza: Alô, bom dia a todos, como a Helena disse, eu e o Osvaldo, que está aqui presente é geólogo da nossa divisão e vai me acompanhar na apresentação porque a nossa idéia hoje, como a Helena apontou inicialmente é falar um pouco das políticas públicas para a área de mananciais de São Paulo mais relacionada à criação de unidade de conservação, prioritariamente a área de proteção ambiental e parques naturais municipais mas a gente pretende também que vocês entendam um pouco o que é a cratera de Colônia, né, que é um patrimônio ambiental tombado pelo governo do estado como vocês vão ver na nossa apresentação que está inserida integralmente no território da Apa Capivari Monos uma área de proteção ambiental criada no ano de 2001 por uma lei municipal 13136, numa área de 251 quilômetros quadrados, essa área de proteção ambiental é contígua a uma outra Apa recém criada mais ao menos agora em 2006 que é a Apa Bororé Colônia e elas formam uma área com características semelhantes mas com o uso bastante diferente do resto da cidade, elas têm uma importância muito grande porque elas prestam serviços ambientais muito relevantes para o resto do município pra região metropolitana são áreas produtoras de água, estão inseridas integralmente ambas as Apas e essas unidades que a gente vai falar um pouco aqui na área de proteção aos mananciais do sul do município de São Paulo e sobre elas a gente tem uma série



de legislações, né, tanto legislação de proteção aos mananciais quanto à recém aprovada lei específica da Guarapiranga, a gente guarda a aprovação da Billings e essa legislação que criou essas unidades de conservação, uma, as duas Apas Bororé Colônia, Capivari Monos, o parque da Cratera que a gente vai falar mais à frente e alguns parques e unidades de conservação que existem projetos na secretaria no departamento de planejamento e na nossa divisão. Então eu peço, convido o Osvaldo que venha falar um pouco sobre a formação, a possível formação, os estudos que existem sobre a possível formação da cratera de Colônia e as características principais dessa cratera.

Osvaldo: Pessoal, bom dia a todos, eu também agradeço aí essa oportunidade de falar aí sobre a cratera de Colônia é um tema muito interessante não só pela possível formação que ainda a gente não tem comprovação mas tudo indica que é um choque de um corpo celeste, pela necessidade de estudos que essa região tem e também pela informação que esses estudos poderão gerar sobre o clima pretérito aqui na região de São Paulo, também por a grande parte da população paulistana não conhecer, não saber que a gente tem uma cratera aqui no sul do município, apesar de muita divulgação, de reportagens tanto de jornal, quanto de televisão e também pela possível geração de empregos se essa comprovação, se essa origem for comprovada, tá. Então o que é a cratera de Colônia? Na década de 60 com a tiradas de fotos aéreas, os geólogos da Universidade da USP, Kollert e outros, notaram uma anomalia na superfície do terreno onde é a cratera de Colônia. O que que é essa anomalia? Essa anomalia é uma clara depressão circular que existe na região circundada por um relevo alto, em termos de natureza isso daí é muito raro de acontecer, só tem algumas possibilidades geológicas que indicariam o que estaria embaixo e de todas essas possibilidades geológicas, a hipótese que sobrou foi a de um choque de um corpo celeste na região. As características são que: Então primeiro, as nascentes que nascem na encosta interna, porque como tem um relevo alto, ela tem uma encosta interna e tem uma encosta externa, então nessa encosta interna, todas as nascentes que brotam lá elas correm para baixo e formam em um determinado ponto elas se encontram e formam esse Ribeirão Vermelho que sai da cratera por um ponto. Aí a gente tem duas imagens, né, um mapa de declividade à direita e a gente percebe um modelo numérico de terreno à esquerda, essas áreas cinzas mais claras elas significam áreas baixas e as cinzas mais escuras significam áreas mais elevadas, então a gente percebe direitinho ali no sul do município um relevo circular tanto no MMT quanto no mapa de declividades do município. E isso que chamou a atenção dos geólogos na década de 60. Estudos posteriores indicaram como única hipótese como disse a um choque de um corpo celeste. A estrutura consiste de uma parte central plana com um aluvião pantanoso, com um diâmetro de aproximadamente 3 quilômetros e 64 metros circundada por morros dispostos num anel cujas alturas atingem 125 metros da parte mais baixa para a parte mais alta do terreno. A idade de formação da depressão é baseado em parâmetros e preservação morfológica ou seja, de relevos, né, de crateras de impacto. Então a gente tem esses dois estudiosos aí que fornecem uma relação empírica que estabelece uma relação entre a idade, o diâmetro e o grau de preservação do astroblema. Usando essa relação a gente tem estimado a idade de 36 milhões de anos a 5 milhões de anos, como eu disse não existe um estudo que comprove,



então a gente só pode ter uma idade, uma idéia da idade, né. A existência de rochas sedimentares formadas a 36 milhões de anos que foram impactadas então comprovam essa possibilidade aí dessa relação. A estrutura da cratera de Colônia tem o formado circular, né, com uma parte alta e outra baixa então isso aí em termos de ecossistema a gente tem dois tipos de ecossistemas, um de várzea e outro de encosta, né, tem o diâmetro de 3.600 metros circundada, vamos lá, ah, além da origem, outro aspecto interessante é que esse preenchimento sedimentar, ele tem por volta de 450 metros através de estudos de geofísica que foram feitos lá. Então é uma idéia de mais ou menos 450 metros até, tá? E esses sedimentos eles tem muita informação sobre o palioclima da região de São Paulo. São raras as crateras preenchidas por sedimentos em região de clima úmido então o que torna a cratera de Colônia mais interessante ainda, tá? São reconhecidas atualmente mais de 170 estruturas de impacto no planeta, sendo quase totalidade identificada nesses últimos 50 anos, porque também tem um geólogo chamado Shoemaker nos Estados Unidos que começou a estudar as crateras mesmo a partir da década de 40, quando ele trabalhava na agência nuclear americana e teve a primeira explosão atômica que formou uma cratera, que ele falou, olha essa cratera tem uma coisa igual lá no Colorado que é a tal da cratera de Meteorito, que acho que todo mundo pelo menos já deve visto uma foto ou alguma coisa assim. A maior parte está situada no hemisfério norte porque, porque além de ter a maior quantidade de terra exposta, imersa, ele também tem um clima que permite a preservação melhor do que o hemisfério sul que tem menor quantidade de terras imersas e também tem um clima mais tropical, né. Em condições climáticas temperadas e frias elas são mais preservadas, né, até o atual estágio das pesquisas, cinco estruturas são conhecidas no Brasil, tá. Já foram comprovadas. Outras seis aguardam a evidências, para as evidências de formação e uma delas é a cratera de Colônia, agora vocês podem estar perguntando, bom, mas porque já não fez, com tanto tempo já, não foi feito um estudo mais aprofundado, primeiro porque não foi possível ainda ter pelo menos um indício mais forte dessa formação que seria o que, seria a impressão do choque na superfície, como o clima aqui é muito úmido, essa superfície foi muito trabalhada, então a gente não tem nem a possibilidade de ver o mineral que foi formado no choque, como a gente também não tem presença de pedaços do corpo que se chocou, também outro dado, como tem muito sedimento, e esse sedimento é muito inconsolidado, porque? Porque tem muita matéria vegetal, vocês imaginam, se foi formado mesmo a 5 milhões de anos, a quantidade de chuva que trabalhou a encosta interna, então toda essa vegetação foi parada dentro da cratera, quando eles fizeram até uma sondagem que foi até oito metros e essa sondagem demonstrou também que tem muita variação climática também, clima quente e clima frio e nessa sondagem a partir de um certo momento eles não conseguiam mais recuperar o testemunho porque o solo ele se desfazia muito facilmente e essa técnica custa muito caro, segundo os geólogos aí da USP, é por volta de um milhão de reais, de um milhão de dólares, só para fazer a perfuração, então a minha parte seria isso. Anita.

Anita Correia de Souza: Agora eu vou falar um pouco sobre a legislação específica que incide e se restringe à cratera de Colônia especificamente. Pode passar, por favor. Na verdade são três leis, de forma mais genérica, sendo-se a



lei específica da Guarapiranga, da Billings, que ainda não foi promulgada e a lei de proteção dos mananciais que em razão da lei não ter sido promulgada, é que incide sobre a área. Existem três legislações, uma que é responsável pelo próprio tombamento da cratera, que é um tombamento estadual, existe um processo em curso, municipal, pelo órgão semelhante que é o COMPRESMA, mas que ainda não foi concluído, e essa resolução estadual então é o nº 60 do ano de 2003, é uma resolução da Secretaria Estadual de Cultura, no âmbito municipal nos temos duas legislações, uma delas é que estabeleceu os zoneamento geoambiental da Apa Capivari Monos, é a lei 13.706 de 2004 e a lei do plano regional estratégico de 2004 também que é a 13.885. Por favor, agora eu vou especificar um pouquinho o que cada legislação traz com relação à proteção da cratera. Então essa resolução estadual, a 60, ela no seu artigo segundo dispõe que para intervenções na área tombada, deverão ser atendidas as seguintes diretrizes, um, evitar intervenções de envergadura no relevo da cratera tais como minerações, movimentos de terra, um corte aterro, o limite da cota não superior a 1,5, por conta inclusive dessa questão da várzea que o Osvaldo acabou de colocar e desse sedimento que foi ao longo do tempo acumulado no interior da cratera. O segundo ponto que para a exploração de água potável, através de poços artesianos semi-artesianos e rasos, serão exigidas análises químicas completas na água. Por favor; três, não recomendável à execução de obras com fundações profundas considerando a necessidade de se evitar descaracterização do relevo e das camadas do perfil geológico da bacia, de novo em razão dessa questão da várzea. E número quatro fica estabelecida altura máxima de 8 metros para novas intervenções na área, quer dizer qualquer tipo de edificação sendo medidas a partir do perfil natural do terreno. O que a gente tem lá, né? Ela não é uma área pública, a cratera de Colônia, assim como as duas Apas, elas possuem propriedades de títulos variados, então existem propriedades do estado, por exemplo o parque estadual da Serra do Mar, no sul da Apa Capivari Monos existe um presídio implantado dentro da cratera do estado onde hoje existem 100 presos sem saneamento, existem uma série de propriedades rurais, onde é desenvolvido atividades agrosilvopastoris, mas com um destaque maior para as plantas ornamentais, inclusive em torno do parque da cratera que é o parque criado em 2006 em implantação agora, que a gente vai detalhar um pouco mais à frente, esse em torno do parque são justamente essas propriedades agrícolas, então apesar de ter essa legislação de tombamento, ela não é uma área pública, ela é uma área, como eu disse pra vocês, um mosaico, de propriedades de títulos variados tanto propriedades do estado, a propriedade municipal que é o parque da cratera e essas propriedades particulares que basicamente são agrícolas. Pode passar, por favor. Ah, e o loteamento Vargem Grande que isso é muito importante à gente dizer, é uma ocupação, em processo de regularização mas bastante complicada, que existe desde a década de 80 onde vivem em situação bastante precária 30 mil pessoas aproximadamente, é um loteamento instalado uma parte na encosta e uma parte na várzea, essa mobilização para a regularização já ocorre faz mais de 3, 4 anos, ela tem ganhado força mas a legislação de proteção aos mananciais e as suas regulamentações, leis e decretos que vieram depois dela, tinham processos muito complicados para poder regularizar isso então eles teriam que, por exemplo, ter uma área verde, para compensar a área ocupada, enorme o que seria inviável, então isso vem sendo



tratado, existem também projetos do próprio programa Guarapiranga, pra fazer um processo de reurbanização dentro desse condomínio porque eles têm hoje em instalação a rede de esgoto, tem rede de água e algumas escolas, duas escolas estaduais e uma escola municipal, então é inviável remover essas pessoas de lá, isso é uma discussão grande, que movimentou a gente bastante face à importância dessa cratera, mas como vocês vêm a própria lei de tombamento veio muito depois da instalação desse loteamento, todas as legislações que vieram depois, a própria criação da Apa, foram formas de tentar conter esse tipo de uso que é inadequado, que deve ser evitado e contido no caso dessa ocupação urbana na cratera. Com relação à agricultura o que a gente vem fazendo? O uso agrícola como falei para vocês é bem comum, mas a gente tem um problema que vai ser resolvido num processo educativo, de sensibilização dessas pessoas e de divulgação do conhecimento, porque eles utilizam sim uma série de agrotóxicos, pesticidas e estando numa área com essa especificidade com esse recurso hídrico que é o Ribeirão Vermelho, que é tributário da represa Billings e que há captação Taquacetuba, que é um braço da represa Billings e revertido para a Guarapiranga, tem que haver sim um trabalho com esses agricultores. Como a secretaria vem atacando essa questão? Em função da importância da implantação desse parque, a secretaria tem uma estrutura física na região, que por menor que seja, são só 53 hectares, é uma área modesta, são 535 hectares, 535 mil metros quadrados, pequena com relação ao resto da cratera depois vocês vão ver o mapinha, mas é uma possibilidade da gente intervir e atuar com essa população do entorno. Como uma unidade de conservação ela vai ter um plano de manejo, que é um documento técnico que vai estabelecer um zoneamento específico pra esse parque, uma zona de amortecimento, que é muito importante porque nela a gente vai poder dar diretrizes de uso, a gente vai poder influir nesse entorno imediato do parque justamente por ser uma unidade de proteção integral e a gente vai poder divulgar informações e conhecimento e o FEMA está nos auxiliando muito nisso, a gente já tem dois projetos aprovados relacionados à agricultura orgânica e utilização de técnicas brandas de agricultura que vão atuar justamente junto a esses agricultores, amanhã a gente tem uma reunião, né, Osvaldo, com esses agricultores para tentar justamente fazer esse processo, mas como você sabe isso é uma questão cultural, muitas vezes, a utilização desse tipo de cultura, e na verdade, a gente não pode chegar da noite para o dia e proibir nada, porque eles estão numa área particular, então a gente vai fazer um levantamento para ver que tipo de insumos são utilizados, então vamos começar a trabalhar e na verdade, transferir conhecimento para essas pessoas que é a única maneira de transformar condutas, né. Por favor, pode mudar. Ah, não, volta, volta, por favor. O zoneamento geoambiental é o zoneamento da Apa Capivari Monos ele trata a cratera como uma zona específica, e dá um nome bastante pomposo, difícil de entender a ela que é Zona Especial de Proteção e Recuperação do Patrimônio Ambiental, Paisagístico e Cultural do Astroblema, que é o nome técnico pra se entender esse impacto e essa estrutura circular, da cratera de Colônia Zepac. No artigo 23 dessa lei municipal diz que nessa zona, ela compreende situações específicas diferenciadas para as quais ficam previstas restrições e diretrizes específicas. Por favor. 1 - A recuperação e proteção integral dos Ecossistemas da cratera de Colônia, que apresentam suas características naturais preservadas na



data de publicação desta lei, porque na data de publicação antes disso a gente não pode interferir, é o caso desse loteamento, não há viabilidade de tirar trinta mil pessoas até porque o próprio poder público, colocou, deu condições por determinações de uma série de órgãos das pessoas que estão lá viverem com as mínimas condições de higiene, de saúde que é a água e as próprias escolas para as pessoas terem acesso à educação. Então é um loteamento implantado e é com essa situação que a gente tem que conviver, contendo a ocupação, não permitindo novos parcelamentos e extensão dela em área e isso está sendo feito através de um programa também da Prefeitura de São Paulo que faz parte dessas políticas públicas praia de mananciais que é o programa de defesa das águas coordenado pela secretaria de governo e pelos subprefeitos locais e um dos perímetros que eles chamam que eles chamam de congelamento que estão sendo fiscalizados diariamente mais de uma vez é essa área pela guarda ambiental que fica instituída por decreto efetivamente no ano passado pelo prefeito então esse é um perímetro controlado pra evitar que essa área se expanda. O número dois é manutenção e qualificação das áreas nas quais na data da publicação desta lei sejam desenvolvidas atividades agropecuárias, como eu falei que é um dos usos mais comuns na área com vistas à minimização dos impactos ambientais decorrentes dessa atividade, então eu já falei bastante sobre isso. Pode passar, por favor. O terceiro ponto é a preservação do preenchimento sedimentar com profundidade de quatrocentos e trinta metros como o Osvaldo colocou, portadora de evidências dos paleoclimas com um significativo valor científico para os estudos do período quaternário das oscilações globais. Então são essas inferências a partir, a respeito do clima pretérito do planeta como o Osvaldo colocou. O quarto, a preservação da estrutura geomorfológica circular da depressão correspondente à planície central e as colunas circundantes. O cinco recuperação e preservação dos recursos d'água que compõem a drenagem da cratera, principalmente representadas pelo Ribeirão Vermelho, que atualmente recebem os efluentes tanto do presídio, quanto do loteamento Vargem Grande até que no loteamento Vargem Grande não tenha sido concluída a instalação da rede de esgoto que está em curso pela Sabesp. Pode passar por favor. Número seis, a recuperação e preservação da Várzea do Ribeirão Vermelho e da Billings, tributário do Taquacetuba. Número sete, a recuperação sócio ambiental das porções ocupadas pelos assentamentos habitacionais existentes, delimitados na lei, aí tem um anexo delimitando esse loteamento Vargem Grande, mediante instalação de infra-estrutura urbana, que é a tal da requalificação urbana dessa localidade, equipamentos sociais, área de lazer e regularização fundiária garantindo-se controle sobre qualquer adensamento populacional. Por favor. E finalmente recuperação sócio ambiental a que se refere o inciso sétimo, o anterior desse artigo, deverá contemplar também a valorização cênico paisagística da área do território da cratera, como o Osvaldo colocou rapidamente, ela tem um valor, ela é um atributo e um atrativo ambiental muito grande que tem sido tratado nos trabalhos referentes e atividades referentes ao turismo, que são desenvolvidos nessas duas áreas de proteção ambiental, então existem roteiros que incluem a cratera como uma das áreas de visita bastante importante principalmente visita para área de educação, então Universidades e Colégios fazem atividades de campo nessas áreas em função da sua especificidade. Pode mudar por favor. Finalmente a gente só faz menção ao plano regional porque o



zoneamento da Apa Capivari Monos, coincidiu temporalmente com a elaboração do plano regional e portanto existe um rebatimento perfeito entre elas, quer dizer, não existe uma lei dizendo uma coisa, permitindo uma coisa e a outra não, então isso é compatível que a gente dentro da prefeitura é muito bacana que isso aconteça, a interpretação e aplicação da lei fica muito mais fácil, pode mudar por favor. Agora entrando na questão das políticas públicas que dão nome a essa apresentação, quais são as políticas públicas possíveis para a cratera de Colônia? Primeiro, é possível aplicar os recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, com aprovação da lei específica da Billings, a gente vai ter esse instrumento disponível e vai poder destinar esses recursos pra cratera. Com relação à cobrança pelo uso da água, no SNUC, que é o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, que também dá diretrizes, é uma lei nacional que dá diretrizes pra criação, implementação e gestão de unidades de conservação em todo território nacional, ele também prevê que a cobrança pelo uso da água seja destinado pra unidades de conservação. Mas infelizmente esse foi um dos artigos que não foi regulamentado no decreto dessa lei federal, mas a gente tem essa lei específica da Billings que vai permitir que a gente faça isso justamente na área da cratera em função do Ribeirão Vermelho mais especificamente. Outra política pública que a gente vem fomentando é a criação de reservas particulares no patrimônio natural, as RPPM's, que é outra categoria de unidade de conservação prevista nesse sistema nacional, é uma unidade de uso sustentável e ela é criada por ato voluntário do seu proprietário, então se eu tiver uma propriedade que tenha atributos ambientais relevantes, eu posso solicitar que o município de São Paulo agora como legislação que a gente tem de 2006, né Osvaldo, o decreto, permite que o município como órgão do sistema nacional de meio ambiente, possa reconhecer essas áreas como reservas particulares do patrimônio natural, a partir de então essa área ganha o status de unidade de conservação e uma obrigação muito maior com relação ao seu uso e gestão, então essa área vai ser implantada, ela é gravada em cartório essa matrícula e ela é gravada em título perpétuo, então você pode vender, seus filhos podem herdar, ela vai continuar sendo RPPM, ela vai continuar sendo fiscalizada com relação à manutenção e recuperação dos seus atributos ambientais pelo órgão que a reconheceu, no caso o município de São Paulo e ela vai ter, o proprietário tem o compromisso de elaborar um plano de manejo pra essa unidade também estabelecendo um zoneamento e os programas de uso relacionados ao ecoturismo e educação ambiental que são os usos permitidos nessas áreas. Evidentemente não pode haver nenhum tipo de extração de vegetação nem manejo, por conta dessas atividades que são previstas na legislação federal. A gente tem esse decreto que está sendo revisto agora, em fase final já na assessoria técnico legislativo do prefeito, em que a gente está disciplinando e orientando melhor o processo pra instruir o proprietário como isso é feito, estabelecendo prazos, pra que a pessoa saiba, eu apresento hoje a documentação aqui prevista no decreto, em três meses eu tenho o reconhecimento ou não da área, porque o decreto anterior era muito vago, então a gente fez isso pra facilitar os dois lados e estabelecer o próprio tramite dentro da secretaria, que é um processo que envolve várias divisões do departamento de parques e áreas verdes do qual a nossa divisão faz parte, então envolve a divisão de fauna silvestre, que fica aqui no Ibirapuera, aqui do lado e o pessoal do herbário municipal, que nos acompanha nas vistorias e



nós já temos um pedido encaminhado, na zona oeste do município, não é no caso na zona sul e a gente tá fazendo o processo de reconhecimento dessas áreas, junto ao FEMA como a gente vem tratando da questão? Já existia no decreto anterior que solicitações, encaminhamento de projetos pra criação de RPPM ao FEMA teriam prioridade, mas o que a gente tá negociando com a Helena e com a Mara, que a gente tem recebido um certo aspecto positivo, eu tenho certeza que o secretário vai apoiar, é que a gente possa criar um edital específico pra criação de RPPM's, porque a criação tem um custo, tem um custo do georreferenciamento da área, que é essa grafar a escritura em cartório e delimitá-la exatamente, e também a própria implantação da RPPM, então a gente tem editais semelhantes em alguns outros órgãos, aliança da Mata Atlântica teve editais, a WWF teve editais, o próprio Ministério do Meio Ambiente através do fundo específico, que é o Fundo Nacional do Meio Ambiente teve editais destinados a RPPM, então a gente tá em negociação com a Mara e com a Helena pra esse ano ainda tentar ter um edital específico para as RPPM's, o que facilitaria e fomentaria a criação dessas unidades e na cratera por conta dessas características que a gente apresentou, que tem as áreas de agricultura, as áreas ainda de vegetação nativa seria muito interessante que a gente pudesse incentivar esses proprietários a criar essas unidades. Pode mudar por favor. O pagamento por serviços ambientais era outra política pública que a gente podia instituir na região e pra isso a gente tem convênio, recente, ainda tá em formulação, com a The Nature Conservancy que é a TNC, pra preservação de áreas de matas através de pagamentos pela área preservada, a gente teve uma parceria agora está paralisada por falta de recursos, uma parceria no mesmo sentido com a fundação Boticário num projeto que chamava Oásis, foram contemplados vários proprietários na zona sul, no território das duas Apas, da Bororéia e da Capivari e esses proprietários durante cinco anos vão receber recursos por preservarem suas áreas, em favor do pagamento por serviços ambientais e por ultimo, áreas remanescentes de Mata Atlântica que serão adquiridas pela Sabesp e provavelmente serão geridas pela SVMA. O que é isso? Foi celebrado um convênio este ano, entre a Sabesp e a Secretaria do Verde e a gente fez um trabalho grande de mapeamento de áreas possíveis pra criação de parques e unidades de conservação na zona sul do município, tem alguma coisa na zona norte, tem dois parques também lineares na zona norte que vão ser implantadas com esses recursos, o Bispo e o Canivete, e agora na zona sul com relação a essa região, a gente tem uma série de áreas, a prioridade dois são as em volta do Rodoanel, né Osvaldo? Então, como vocês vão ver mais à frente, pode passar por favor, que eu vou mostrar o mapa, aqui a gente tem o mapa dessas áreas, então ali, mais a sul, em verde bandeira, a gente tem o Parque Estadual Serra do Mar e aquele verde musgo ali em cima nós temos uma área que foi levantada pelo departamento de Planejamento da Secretaria, e que vai ser um processo de ampliação do Parque Estadual da Serra do Mar. O Parque Estadual tem cinco núcleos, um dos núcleos, na verdade dois né gente, acabamos descobrindo recentemente, que é o Crucutu e o Itutinga Pinhões, tem territórios dentro do município de São Paulo. Itutinga são quatro quilômetros, metros quadrados, é muito pouquinho, mas o Crucutu são quatro mil e duzentos metros quadrados, quatro mil e duzentos hectares, quer dizer, é muita coisa, 4 milhões de metros quadrados, dentro do município de São Paulo. Essas áreas em cinza mais escuro e cinza claro, inclusive lá na cratera como vocês



vêm ali em cima, em verdinho é o Parque da Cratera, esta área que parece um filezinho, onde tá o número 6 ali ao lado, é o Parque da Cratera, em volta foram às áreas que foram levantadas e estão apontadas nesse convênio como áreas a serem adquiridas pra implantação dessas unidades de conservação, em virtude desse convênio com a Sabesp, Prefeitura e a Sabesp, como o Osvaldo disse, existe, foram definidas prioridades, 1, 2 e 3, no momento a gente tá implantação da prioridade 1, já foi adquirido uma área no território da subprefeitura de Parelheiros, era uma área privada, foi adquirida, ela tem um remanescente de mata e um equipamento e ela está se negociando a forma de gestão dessa área pela Secretaria do Verde, pela Sabesp, como isso vai ser feito, mas já se sabe que o conselho das duas áreas de proteção ambiental, vai ser sediado nessa área, já existe um imóvel, dentro dos imóveis que existem dentro da propriedade destinados ao conselho gestor dessas duas áreas de proteção ambiental, Capivari e Bororéia. Ali mais pra cima Osvaldo, por favor, aponta os Parques do Rodoanel, a gente tem esses parques em verde, que o Osvaldo está apontando, são as áreas que foram definidas pela Secretaria como compensação ambiental aos impactos negativos do Rodoanel trecho sul que tá passando aí nessa região, em marronzinho, como vocês vêem, aponta lá Osvaldo, o Rodoanel, então no âmbito recenseamento, a gente teve como a Prefeitura de São Paulo a implantação como compensação ambiental, a implantação de 1200 hectares de parques naturais, além de uma faixa de 300 metros dos dois lados da via de forma a conectar e controlar a expansão urbana em torno do Rodoanel. A Dersa gira em torno de 42 milhões de reais, o valor total de recursos que vai ser destinado à implantação dessas unidades, a implantação dessas unidades é integral, prevê a desapropriação, o cercamento, o plano de manejo e a implantação de infra-estrutura nessas áreas, com esses 43 milhões a gente vai implantar esses 1200 hectares de parque, a Secretaria elaborou um plano de trabalho que orienta todas essas contratações, então ela define diretrizes e aspectos técnicos pra que isso seja feito, eles tão em processos, eles a Dersa, né, empresa contratada pra essa finalidade tão concluindo o levantamento fundiário das áreas, o primeiro parque a ser implantado é o Parque do Itaim, Osvaldo, por favor aponta lá, que é esse parque, situado na região mais central ali, em Parelheiros, numa região muito problemática no que diz respeito à pressão da ocupação urbana, a gente tem dois loteamentos muito descontrolados com relação ao crescimento, também tão nos perímetros de congelamento do Programa Operação Defesa das Águas, da Prefeitura, mas que o Seu Norberto, o Papai Noel, que tão ali no entorno do parque, em virtude desses loteamentos, nós escolhemos iniciar a implantação por este parque, porque é uma área quando a gente começou a conhecer a região nos trabalhos de criação de elaboração do relatório de criação da Apa Bororéia, essa área tinha metade do tamanho que tem hoje, foram feitas uma série de denúncias, mas é um processo muito complicado, hoje a situação tá um pouco mais controlada em virtude da guarda tá lá todo dia, circulando essas áreas e tal, mas é muito complicada essa situação e o parque teria também, como na questão da cratera, a presença física da Secretaria e todo o aparato legal, com relação aos técnicos que ela tem de fiscalização e educação ambiental poderiam ser aplicados ali na região. Então a gente definiu que o Itaim seria o primeiro e vai ser o primeiro. A previsão da Dersa é que até o final desse ano eles entreguem esse parque completo e aí a gente começaria a implantação



dos 3 outros, são o Jaceguava, que é ali no limite de quase com o município de Embu, Itapeverica, ali, pro outro lado à gente tem o Varginha, que é na península de Varginha e o Bororé, esses 3 parques Bororé, Varginha e Itaim estão inseridos no ***** da Apa Bororé Colômbia. Eles coincidem também com a zona de, com as ZEPANS, que é a zona especial de preservação ambiental do plano diretor, então são áreas, foram definidas áreas com vegetação nativa, prioritariamente em estágio médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica. Não existem propriedades agrícolas ou casas, enfim, sendo casas não, loteamentos urbanos, porque casas existem dentro das próprias cidades que serão desapropriadas, o que interessa pra secretaria principalmente tendo como objetivo criar parques naturais municipais que são unidades de conservação, de proteção integral foram definidas áreas de mata. Em bege, no número 9, número 8, 11, 12, 10, são áreas que serão desapropriadas em virtude do convênio com a Sabesp, que está em curso, elas foram definidas pelos participantes tanto da secretaria quanto da Sabesp como áreas prioritárias número 2, então elas vão entrar na segunda fase, provavelmente nesse ano a gente vai ter algumas dessas áreas já implantadas, a idéia é a gente conseguir contemplar, incorporar os parques às áreas que a gente não conseguiu em razão da limitação que existia com o tamanho das áreas da compensação ambiental da Dersa. A gente tinha que cumprir os 1200 e não podia passar disso. Mas tinha muito mais área bacana em volta, então foram mapeadas desse jeito essas áreas, e serão essas áreas que deverão integrar área dos parques. Ali em cima, Osvaldo, no número 1, tem um outro parque, número 1 e o número 2, é dois, não, não é, o Cocaia não tá ai, né? O Cocaia tá como 19 ali em cima. O número 1 e o 19 são dois parques lineares, que estão em implantação, o Caulim principalmente que tá encostado numa das ampliações do parque do Rodoanel, é um parque que já está em estado avançado de implantação, já tem uma boa área dele desapropriada pela Prefeitura e não vai ser uma unidade de conservação, vai ser um parque linear, é uma área de várzea, muito importante, que tem toda a função de várzea dela aí sendo exercitada, vocês observam que ela está muito próxima à represa Guarapiranga e existe uma negociação entre a Secretaria e a Sabesp, na verdade eles vão implantar uma wetland modelo nessa área, é um projeto pequeno, não na área como um todo porque é importante ressaltar que a várzea tem uma wetland, que é um processo de purificação da água utilizando alguns mecanismos, né, algumas plantas, algumas tecnologias, para poder purificar a água, mas essa várzea já tem uma função natural de purificação. A água quando, nesse corpo d'água existe um problema sério, Parelheiros não está interligado a rede de esgoto, boa parte do esgoto de toda Parelheiros, duzentos mil habitantes, é lançada na Guarapiranga e esse parque que está previsto ai, do Caulim, ele e essa wetland natural aí que existe aí, natural até, ela presta um serviço muito grande, porque já foram feitas medições inclusive no curso que a gente teve agora com o Professor Tundise, foram feitas medições e a água que sai lá na Guarapiranga depois de passar toda várzea tem um padrão de qualidade muito superior ao que ele entra, então do jeito que ela está, ela já tem uma função muito importante. Então esse parque linear vem justamente a isso, proteger essas áreas criando um parque e nesse contexto que não é só a Apa, não é só outra Apa, mas esse mosaico, que são parques naturais, áreas de proteção ambiental e os parques lineares. Essas são as Políticas que a Secretaria está implementando, na região sul do município. Ah, então é uma outra categoria



de unidade de conservação que está sendo estudada, que é floresta nacional, é uma unidade de uso sustentável também, como o município cria vira floresta municipal, tem muitas na Amazônia, vocês já devem ter ouvido falar, tem floresta da Tijuca, que é uma floresta municipal, no Rio de Janeiro e aí o objetivo é trabalhar um pouco com, como se fosse uma escola de formação e utilização de componentes da mata, as seivas, as folhas, enfim, esse é o objetivo, fazer, o palmito, o objetivo é fazer esse, implantar esse tipo de unidade. Essa área, boa parte dela não é toda que tá aí, mas mais de 100 hectares é uma área devoluta do Estado, né, Osvaldo, então já foi pedido, solicitado pela Secretaria do Verde a transferência dessa área pra Secretaria pra que a gente possa implementar uma unidade. O estudo da categoria, que é essa história da floresta, a gente ainda está estudando que tipo de unidade vai ser. Mas essa área vai ser incorporada ao patrimônio da Prefeitura também. Como vocês observam no mapa, a gente vai ter nessa área que é tão importante, uma série de áreas públicas, preservadas, e um desafio de gestão enorme pra Secretaria, lá pela frente, pode passar, por favor. E aí então o parque especificamente, inclusive foi uma discussão do CONFEMA, ele foi implantado em virtude de um termo de compromisso de ajuste de conduta do ano de 2000 firmado entre o Ibama, o Ministério Público e Furnas Centrais Elétricas, em razão da passagem *** de alta tensão, no território da Apa Capivari Monos, então foi definido, como benefício a Prefeitura de São Paulo, houveram outros beneficiários em razão desse parque, mas ficou definido que a Prefeitura de São Paulo através da sua Secretaria do Verde, seria contemplada com a implementação de um parque natural municipal, no território da Apa Capivari Monos. Em 2000 começaram as tratativas, os estudos pra essa área a ser implementada, até a definição técnica pra que área seria selecionada, e enfim, só em 2006 a gente conseguiu implementar essa área que tem 53 hectares e de forma demonstrativa, embora seja uma área pequena, ela tem, ela reúne no seu perímetro, os ecossistemas de encosta e de várzea, ela tem um estrada passando pelo meio, que essa área Vargem Grande, de um lado a gente tem a várzea e de um lado a gente tem a parte de encosta da cratera, pode passar, por favor. Aí vocês podem ver o mapa de São Paulo, ali embaixo, em verdinho, a Apa Capivari Monos e em vermelho o parque, ali na imagem de satélite a mesma coisa, o que vocês vêem em roxo ali a cima, esse loteamento Vargem Grande onde vivem trinta mil pessoas, que está em processo de regularização, que eu mencionei um pouco a tempo. Pode passar por favor. O que já foi feito em relação à implantação desse parque? A área já foi adquirida, isso foi um tramite enorme, super complicado, a gente necessitou de uma autorização legislativa, então não foi só a Secretaria que criou o decreto parque, a Câmara Municipal se manifestou favorável à implementação desse parque, embora houvesse o compromisso firmado pelo Ministério Público. Foi feito um levantamento planialtimétrico com o georreferenciamento da área, o projeto executivo da sede está concluído e aí eu vou dar um destaque pra esse projeto, ele teve uma concepção arquitetônica completamente diferente, não só pela própria região onde está inserida, e será inserido esse parque, mas porque a gente queria trazer um olhar um pouco diferente pra implantação da sede, dos parques na cidade, a gente tá dentro de uma área de mananciais, dentro de uma área de proteção ambiental, dentro de um patrimônio tombado pelo Estado e em processo de tombamento pelo município, então a gente junto com o Depav 1, que é a divisão que elabora os



projetos de implantação de parque da Secretaria, definiu todas as diretrizes que orientaram a elaboração da empresa contratada por Furnas, o que elaborou esse projeto executivo, então ele tem utilização de materiais completamente diferentes do que é utilizado em outros parques, **célula fotovoltaica**, reuso da água, enfim, é uma concepção absolutamente diferente, a gente não trouxe o projeto hoje porque existe uma avaliação que está sendo feita com relação ao orçamento da área, porque foi feito por uma empresa e não utilizada a tabela de EDIF, que é o nosso parâmetro de preços, na Prefeitura de São Paulo, mas, no fim das contas acho que todos vocês como trabalham na área ambiental sabem disso, um projeto dessa natureza infelizmente tem um custo muito mais elevado do que um projeto convencional, então o valor orientado pela empresa, nesse orçamento que está sendo reavaliado, foi de aproximadamente um milhão de reais, pra implantação, e assim, nós Divisão Técnica e o Gabinete da Secretaria tivemos uma posição firme que embora é elevado o custo, é, a gente tem que mudar esse paradigma e lá é uma área que vai servir como uma, não só um atrativo, mas uma estratégia de educação para aquela comunidade pobre que vive ali em torno, e pra comunidade de São Paulo que vai visitar esse patrimônio que é a cratera de Colônia. Então a gente não podia inserir uma sede de qualquer jeito, com duzentos mil reais, vamos embora pra frente, vamos lá, não foi isso que a gente pretendeu e a gente vai fazer custe o que custar, se tiver que...

Coordenadora Helena Magozo: Eu preciso dar um esclarecimento, é que houve uma mudança na questão em termos de recurso da última reunião pra essa, na última reunião porque que nós introduzimos a questão da sede? Porque havia um Tac do Ministério Público, que o Ministério Público havia determinado que fosse depositado pro fundo, era cento e quarenta e poucos mil reais, a gente imaginava, antes de ter o projeto executivo, desse valor que a Anita falou, que esse recurso, mais umas prestações, parcelas, que estão sendo depositadas pelo transportador do produto perigoso que foi multado, fossem suficientes pra construir a sede. Como a Anita falou, esse valor supera muito, então essa questão do uso deste recurso pra essa sede está superada, não é, só quero esclarecer vocês, não está em discussão isso no momento, o que nós achamos que valia e era fundamental, é que a gente apresentasse todo essa questão da política pública do conselho, que nós teremos outras oportunidades em que nós vamos discutir, né? Aplicações na região, essa sede pode voltar em outro momento, mas não por esse recurso do Ministério Público, então é só pra esclarecer isso. Hoje não vai haver deliberação sobre esta sede, porque nesse meio tempo chegou o projeto executivo, na mesma semana da nossa reunião e foi definido que não era pra esse uso, então ainda tem que ser definido um novo uso pra esse recurso, dos cento e quarenta e poucos mil reais do Ministério Público, tá bom? Só pra clarear aí.

Anita Correia de Souza: E também já está em fase de conclusão, ainda não foi concluído, um projeto de educação ambiental na Apa Capivari Monos, que também é uma obrigação do Tac cumprido por Furnas. Então foi elaborado um programa na verdade, de educação ambiental pela Secretaria, que trabalhava com os três atores, locais mais importantes mas no âmbito da Apa Capivari



Monos, não só na cratera, então, foi trabalhado nesse lançamento professores locais de escolas municipais e estaduais, foram trabalhados os agricultores, e por último vão ser trabalhadas as entidades da sociedade civil, já dura mais ou menos um ano o trabalho, são dois anos todo o prazo de execução do programa de educação ambiental. O que na verdade, deu um fôlego bastante grande com relação a Apa como um todo, né? Não só com relação ao próprio parque, pode passar. E agora quais serão os próximos passos? Em virtude de georreferenciamento e a confrontação das matrículas, com os limites do parque, com os proprietários no entorno, será feito registro de matrícula no 11º cartório de registro de imóveis, atualmente o projeto, o processo tá em PATRI, que é o nosso departamento patrimonial da Prefeitura, que é quem autoriza, faz todas as negociações.

Orador não identificado: Desculpe, qual é? registro do que?

Anita Correia de Souza: Registro da matrícula.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Anita Correia de Souza: Do parque.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Anita Correia de Souza: Do parque. Tá? Vai ser refeito o cercamento da área, era uma área particular, ela tinha um cercamento que em partes tava destruído e em partes não atendia as necessidades de uma unidade de conservação. Então ele vai ser refeito a partir das nossas diretrizes e também foi feito um plano de trabalho pra Furnas e ela executa tudo a partir das nossas orientações técnicas, o plano de manejo está em curso, amanhã nós temos até reunião com a empresa que foi contratada, através de um projeto licitatório, não houve nenhuma transferência de recurso pra Secretaria, todos os recursos foram e as licitações, os processos de contratação foram feitos por Furnas, não houve nenhuma transferência pela Secretaria, como eu disse, a Secretaria deu todas as diretrizes e orientações técnicas pra que essas contratações pudessem ser feitas e a Secretaria acompanha, orienta e coordena os trabalhos, como no caso do plano de manejo. A gente está em uma fase de diagnóstico, agora né? E definição da zona de amortecimento do parque. E finalmente, a construção da sede que não existe recurso no Pac previsto. O Pac ele ia até o projeto executivo, ele previa desapropriação, cercamento, plano de manejo e projeto executivo da sede. Muito obrigada a todos, essa foi nossa apresentação e nós estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

Coordenadora Helena Magozo: Quero agradecer a Anita e ao Osvaldo, então reiterando o que eu falei, nós não vamos ter deliberação hoje a respeito da construção da sede pra aquilo que eu falei, nesse meio tempo chegou um projeto executivo que supera e muito esse valor do ministério público então ficou sem sentido dar um décimo, ou sei lá, um oitavo do valor é mais complicado do que



você ter uma destinação só completa. Então, estão aqui a Anita e o Osvaldo para qualquer questão que vocês queiram fazer em relação a essa temática de área, de política pública em relação à área de mananciais, a área de proteção ambiental e hoje é isso a questão da explanação atendendo a uma solicitação dos conselheiros na última reunião. Sergio, por favor.

Cons. Sérgio Costa: Boa tarde a todos, Sérgio Costa, Instituto de Engenharia, fico muito feliz da gente estar tratando aqui desse assunto dessa área, tenho muito interesse nessa área, fui criado nessa região e nadei muito no Ribeirão Vermelho, depois ele foi alargado, para poder gerar mais água e essa região é uma região muito importante para a cidade de São Paulo, ressalto mais uma vez porque é a única água nossa que não é importada e a gente prevê que haja guerras por água, nós defendemos inclusive no Instituto de Engenharia que nós tiramos água do Juquiá e isso vai gerando uma série de controvérsias, na época nós defendemos esse projeto dentro da câmara e já houve uma série de controvérsias de gente que preferia que nós economizássemos água, agora é uma questão de educação, a questão de economizar água, de trocar todas as pias, pra que os ralos sejam menores, para que as pessoas não abram tanto a torneira, que nós tenhamos banheiros a vácuo, quer dizer, tudo isso significa muito custo para a cidade, então como nós na época indicamos que a gente tirasse água do Juquiá, era prevendo que a gente não ia conseguir ter tanta educação, né. Hoje eu até reveria esse projeto junto ao meus pares do Instituto em função do planeta estar cada vez mais preocupado com essa questão da educação que na época, **** era a mesma coisa que ensinar índio a andar de andar de avião, de uma hora para outra você vai dizer pra pessoa que ela vai ter que, é a mesma coisa que pegar esses senhores que invadiram uma área e tentar explicar pra eles que eles estão praticamente prejudicando a gerações futuras. Então quando nadei no Ribeirão Vermelho na época, eu tenho quarenta e oito anos hoje, eu nadei , eu tinha oito, dez anos de idade, tinha cavalo, andando praticamente sem cela, numa água pura, que a gente nadava e bebia aquela água, hoje eu não sei se digo para os meus filhos que eles vão beber água de presidiários, de coco de presidiários e de gente que invadiu terreno alheio. Mas é a realidade da cidade de São Paulo, eu fico muito feliz, muito feliz da prefeitura de São Paulo, em conjunto com o estado estar defendendo essa área porque essa área sempre foi muito largada até por questões geológicas, a gente passa por uma área de Embu-Guaçu, administrativa de Embu-Guaçu, a gente sai de São Paulo, passa por uma área de Embu-Guaçu pra depois voltar pra dentro da cidade de São Paulo, então muitas vezes ela não era considerada uma área agregada à cidade de São Paulo e isso durante muitos anos, até em termos de policiamento prejudicava muito a área. Então eu como proprietário lá da área, eu tenho um sitio lá, de quatro alqueires e conheço aquela região muito bem, fico muito feliz como conselheiro, como cidadão da cidade de São Paulo, como proprietário daquela área, de ver que essa área agora tomou conta muito maior, inclusive como a secretaria aqui do Eduardo Jorge, que tanto lutou já por essa área. É com muita gratidão que vejo todos esses projetos sendo aprovados. Obrigado.



Coordenadora Helena Magozo: Pois não, Osvaldo.

Osvaldo: Eu primeiro queria dizer que a área não é invadida, tá? Ela foi loteada, por uma senhora chamada Cipriana, na década, no final da década de oitenta e na época, em noventa e quatro eu trabalhei no SOS mananciais e a gente tinha muita dificuldade de entrar na área, até mesmo era cercada a área, tinha um portão, a polícia ambiental, na época florestal, não entrava na área, teve uma vez que eles entraram, eles quase tiveram a viatura virada por uma, era sem lei, a partir de noventa e quatro, houve uma substituição de liderança aí, e o Sr. Sebastião que entrou lá, ele começou a ter uma visão, através até do nosso trabalho, porque o DUSME pegou ele, o DUSME e o departamento de uso do solo metropolitano que aplica a lei de mananciais, pegou ele e levou ele lá pro DEIC, lá pra parte da delegacia de meio ambiente, eles fizeram um termo que ele se propôs a não aumentar o loteamento em direção a várzea no que já tava, né, o que acontece hoje que tá havendo um adensamento dentro desse perímetro ocupado, tá. Então ele teve a visão de perceber que aquela área, aquele restante de vegetação que é muito grande a área ocupada de todo o terreno, deve estar em torno de uns trinta e cinco por cento, ele teve a visão que o restante da área serviria como compensação ambiental pra regularização, tá, só um esclarecimento porque área invadida é a área onde geralmente não é particular, é da prefeitura e esse caso não foi, eles compraram, então tem mais esse problema aí, tá bom?

Cons. Sérgio Costa: Com direito a treplica, então eu diria então que troco à área invadida por loteamento irregular.

Coordenadora Helena Magozo: Conselheira Miriam.

Cons. Miriam Barcellos: Não tive a mesma experiência que o nosso colega na área, mas tive notícia da, conhecimento dessa cratera, porque no momento em que essas pessoas ali está, que ali estão até hoje, resolveram lutar por, pelo assentamento alie eles recorreram a Secretaria de Participação, onde eu fazia parte, junto ao secretário, mas no programa de educação, era outra coisa e pra mim foi uma surpresa a esse movimento, porque nós estávamos saindo da época da ditadura, quer dizer, São Paulo estava com o governo eleito quando o resto do Brasil todo ainda era ditadura. Então esses movimentos reivindicatórios eram absolutamente desconhecidos e inexistentes porque com aquele regime eles seriam todos postos na cadeia ou coisas piores. Então era novidade um grupo aparecer reivindicando alguma coisa, com uma representação de um vereador que sempre acompanha essas pessoas pra depois ganharem votos, isso é eterno, nas comédias gregas já aparece isso e também de um advogado, desse tipo de advogado de porta de fábrica e porta de cadeia, que também tava defendendo aquelas pessoas. Eu já estava saindo da secretaria, o Jose Gregório também tinha se ausentado para eleição, era um outro secretário que tava ali, tinha um momento de passagem, eu não tinha conhecimento do que foi decidido depois, do que foi resolvido, era oitenta e três, exatamente o momento que eles devem ter conseguido do governo essa licença de morar ali. Foi o primeiro erro,



um erro drástico, um erro que pode repercutir inclusive nas pesquisas que já começaram a ser feitas lá e as que estão para serem feitas. Então eu acredito, outros erros vieram em decorrência desse, foi dito aqui que hoje é um presídio lá dentro, são erros governamentais, erros de gestão ou de fato, ou de falta de gestão adequada como mencionei na reunião passada, quando foi nos apresentado, enfim, a proposta para essa região, que não era essa, completa que foi a que nós requeremos e agradecemos que tenha sido feita e estamos inclusive muito bem impressionados com a amplitude e a adequação que essa secretaria está dando aquela área. E eu acredito que esse conselho fará tudo pra, o que for possível para colaborar na implantação de um projeto tão bem planejado como o que foi apresentado aqui. Faço uma ressalva, porém. Eu não acredito que haja realmente uma impossibilidade intransferível para que se retire as pessoas que estão lá. Com tanto investimento na área, com áreas praticamente desabitadas, são aldeiazinhas, eu conheço a área, são aldeiazinhas pequenas, pequenos agrupamentos de casas, existe sim a possibilidade a meu ver, da secretaria, inclusive das outras que está muito bem representada na parte de projetos de habitação populares e a própria representação do sindicato dos engenheiros, de se procurar na área de Parelheiros e nas áreas adjacentes pequenas áreas, não seriam grandes áreas, pequenas áreas, pra que essas pessoas fossem para que houvessem projetos aplicados ali, projetos de construção popular e pequenos grupos pra também não invadir uma região que esteja já com essa adequação e que essas pessoas fossem retiradas aos poucos, porque esses projetos de invernadas pra educação, pra construção popular, elas são faladas, elas são muito faladas, até as Cepac's, a Faria Lima, tudo é pra reverter pra essa construção popular que nunca acontece. O que acontece são verbas gigantescas do nosso governo federal para construção, construção de imóveis privilegiando imobiliárias, construtoras que estão vindo de fora agora aplicar, fazer financiamento aqui no Brasil, aplicar recursos no Brasil, algum interesse eles tem e eles estão levando muitos recursos daqui pra lá com esses financiamentos, essas aplicações aqui no Brasil, em São Paulo, principalmente. Então eu acredito, continuando que é possível sim, ao poucos, serem retiradas essas pessoas, inclusive com educação sócio cultural que está muito bem feita naquela área, pelos próprios funcionários da própria secretaria, especialistas e pra que aquela área realmente seja dedicada, ela tem uma característica que foi anunciada aqui e que eu já tinha estudado nessa última semana, depois da última reunião, nas publicações, nas pesquisas que tive acesso, estou procurando ter acesso na secretaria, nos projetos de Geofísica e nos projetos de Pálio Botânica, pelo que foi dito aqui, é uma situação, é a situação pantanosa do local, é uma diferenciação das outras que estão em outras crateras de outros hemisférios pela questão da umidade do nosso hemisfério sul e elas permitem essa inspeção, como ele falou, e a de Pálio Botânica e já existe, inclusive estudos que aparecem, inclusive podem ser localizados na internet de uma prospecção de estudo climático de cem mil anos, isso já tá feito, inclusive com pesquisas de uma sociedade, de pesquisas francesas. Então essas pesquisas precisam continuar, e outras também, é um estudo também de, como eu falei, da última vez, de Astrofísica, em meio a esse assentamento irregular pode ser encontrado se a pesquisa for feita, os metais que decorrem de um processo de incandescência e que podem inclusive provar que foi mesmo meteorito que caiu ali, mas não sendo cada vez mais apropriado por



construções ilegais, por pessoas morando naquela região, alterando completamente, esse esforço nunca será feito. Então eu acredito que dentro desse esforço desse movimento, desse planejamento, tão bem sucedido, tão bem implantado, tão bem estudado da secretaria, nós poderemos sim, gostaria que nossos conselheiros me acompanhassem nessa proposta e de realmente pensarmos nessa remoção dessas pessoas de lá, gradativa, com trabalho de educação sócio-cultural bem apropriado e tenho certeza que teremos nisso toda a aprovação da comunidade científica de São Paulo e internacional. No momento é isso que quero falar e acredito que nossos conselheiros, podemos estudar uma proposta de maior envergadura já que, para fazermos em conjunto, já que na última reunião a conselheira Zania pensou, como comentou que os nossos investimentos podem ser mais bem aplicados e eu comentei também o fato de projetos da prefeitura com a secretaria estarem sendo discutidos entre quatro paredes, colocando de uma forma *** o nosso conselho que representa a população, conselhos que representam outras secretarias e que merecem uma consideração maior e devem participar dessas reuniões desde o início. Eu acredito que essa nossa reivindicação seja atendida e acredito também que o nosso conselho pode e deve partir pra uma atuação propositiva, nós estamos sendo colocados numa situação apenas de aprovar projetos mas projetos que vem da população que devem ser atendidos mas que representam uma cota de definição sobre problemas muito sérios e pequena, e a parte maior tá sendo realmente decidido entre quatro paredes e sem o aconselhamento da secretaria, do conselho que afinal nós somos os representantes legais da sociedade e de algumas secretarias, para colaborar nessas decisões, não apenas nas deliberações finais de sim ou não que é realmente uma participação muito simplificada pros atributos e conhecimentos científicos e técnicos educacionais que acompanham nosso conselho.

Coordenadora Helena Magozo: Miriam, eu me permito estranhar tua fala no seguinte sentido: É lógico que só vem pro CONFEMA às questões que dizem respeito ao CONFEMA, quer dizer, a políticas da secretaria, as políticas ambientais da cidade não são trazidas todas aqui porque aqui é um âmbito de definição dos projetos a serem aprovados e que tem a participação do CONFEMA. Na questão dos editais, nós temos seguido amplamente o que os conselheiros trazem, discutidos editais aqui, nessas questões dos projetos nós em absoluto nos furtamos de dar qualquer esclarecimento, de discutir mais amplamente e mais ainda, nós estamos totalmente a disposição para qualquer proposta dos conselheiros em relação a questões que a gente possa não estar pensando e contemplando, então eu não posso aceitar essa questão de estar discutindo entre quatro paredes, como se vocês fossem conduzidos a uma deliberação, o que absolutamente não acontece e não deve acontecer. Nós temos pautado esse conselho pelo respeito aos conselheiros e a nós mesmos então eu não posso aceitar que o conselho não tá participando. Nessa questão da sede, nós trouxemos e nós avaliamos que era fundamental ter essa informação, hoje independente da deliberação, ela tá sendo feita e pode ser feita quantas vezes vocês solicitarem, então eu preciso me manifestar contrariamente a tua posição nesse sentido de que é simplesmente uma deliberação. Não está sendo, não deve ser, não será no que depender da gente.



Cons. Miriam Barcellos: Fico satisfeita com a resposta, era o que nós realmente querendo naquele momento.

Cons. Sérgio Costa: Eu, Sergio Costa, Instituto de Engenharia, eu como representante do Instituto de Engenharia, nós montamos aqui duas cadeiras, uma que veio pelo CADES, indicada pelo CADES, e a outra eu fui eleito, pelas entidades não governamentais, classificado mesmo por junção pura, de sangue-puro, na área de meio ambiente não sei direito a denominação legal, mas assim é....

Coordenadora Helena Magozo: Porque mudou agora na legislação nova, somente dados ambientalistas que tenha no seu estatuto a questão do meio ambiente presente.

Cons. Sérgio Costa: Isso, então agradeço Helena, então eu queria colocar a conselheira Miriam na prática, como bom engenheiro que sou, fiz uma continha rápida, que dez mil famílias dividido por cinco e multiplicando por sessenta mil, que seria uma casinha popular, daria cento e vinte milhões, um projeto desse âmbito não vejo nenhum problema da gente poder fazer na prática, Miriam, pegar o Defenda São Paulo que é uma entidade tão atuante, pegar o Instituto de Engenharia, juntar com Secovi e fazer uma proposta, na questão do lixo, nós já temos o exemplo aí do aterro Bandeirantes, foi leiloadado, fizeram o estudo com avaliação técnica, para ver quais os aterros que eram importantes, se colocados nessa condição de crédito carbono e deu certo, taí, nós estamos colhendo isso pro CONFEMA, então eu te proponho da gente por isso na prática, sentar um dia, fazer uma reunião, né, eu saio daqui, levo a proposta para o Instituto e tentar essas entidades, amanhã são dez famílias em terreno irregular, quer dizer, devem também estar se sentindo ameaçadas, aquela história de quem mora em lugar complicado de se morar, né. Então quem sabe a gente pudesse trazer até muita paz pra muita família que está lá morando irregularmente e a gente fazer um projeto que realmente protegesse essa área, que é como eu coloquei, se houver uma guerra no planeta pela área, nós vamos estar brigando por essa área, nós vamos estar olhando o nosso passado, lembrando todos nossos erros que é a única água na cidade que a gente fala que hoje tem vinte milhões de habitantes, a última vez que vi um cálculo, nós chegávamos em 2020, nós não tínhamos água, nós vamos chegar, senão me engano a vinte e quatro milhões de habitantes, não tem água para todo mundo, não tem água e também nós fizemos aquele do programa do Juquiá, repito aqui, era de uma monta da gente estar lidando com vinte e quatro milhões de pessoas no mesmo lugar, um número astronômico, perto de muitas cidades do Brasil, dá uma cidade como Aracaju, né, dá quantas Aracajus, vinte Aracajus, então o pessoal vem do nordeste, os números aqui de São Paulo são números alarmantes e também a gente proteger essa área significa proteger a vida de muitas pessoas que hoje estão vivendo nessa cidade, então eu vejo nesse momento, entendo a sua preocupação, até às vezes a forma agressiva de colocar, mas eu não vejo o CONFEMA, como também o local ideal da gente colocar todas as nossas frustrações e vontades de luta, eu acho que o braço é a gente entrar através da secretaria que hoje a gente vem fazendo bons



trabalhos lá na área, da gente fazer um trabalho, apresentar um projeto aqui, tenho certeza que vai ser abraçado com carinho.

Cons. Miriam Barcellos: Um momento, eu agradeço o apoio que o Instituto de Engenharia tem nos dado, ele é muito importante e essa medida tem, essa decisão, proposta da forma que você apresentou, nós temos que realmente estudar esse assunto rapidamente porque o que falou aqui, o que tem que estar propondo é a regularização daquele assentamento, isso não pode acontecer de forma alguma, tem que ser...

Cons. Maria Lúcia: O que gostaria de... Maria Lucia, Secretária de Planejamento, é o Osvaldo, né? Osvaldo disse não ser uma área de invasão, de ser uma área particular em se tratando de uma área particular, não se trata de remoção, nós teríamos que fazer talvez um processo de desapropriação dos moradores lá, eu acho interessante, quer dizer, investir nesse assunto e saber um pouco até onde pode ir, quanto isso custaria, mas aí chamar a área competente pra nos dar uma explicação em relação a isso, quer dizer, não se trata de remoção, a remoção também hoje é uma coisa bastante complicada, quer dizer, a prefeitura tá trabalhando mais no processo de urbanização de revitalização de áreas, então a gente precisaria ver exatamente, quer dizer, como é que se daria esse processo de desapropriação, não é uma coisa simples nem rápida, mas poderia chamar uma pessoa competente aí da, esperta, da área da prefeitura pra nos falar um pouco sobre isso, dessa possibilidade.

Coordenadora Helena Magozo: Osvaldo, depois vamos encerrar.

Orador não identificado: Helena, eu gostaria de...

Coordenadora Helena Magozo: Ah desculpe. Quer falar antes, Ana, quem sabe alguma coisa que a Zania fala você...

Osvaldo: Bem, gente, eu só queria lembrar vocês que eu acho, eu respeito que a opinião de vocês a respeito em termos de remoção, mas eu acho que tem, o buraco tá um pouquinho mais embaixo, eu acho que a gente tem que pensar na comprovação da cratera, a gente comprovando a cratera, pelo que você falou, cento e vinte milhões, né, que seria, a gente precisaria dizer ponto dois por cento nessa data pra gente fazer a perfuração lá que seria dois milhões e quatrocentos mil reais, e isso é muito importante porque aí a gente pode mudar o foco do local, a gente pode trazer inclusive financiamento externo, pra a gente melhorar os aspectos ambientais do local. Uma outra coisa interessante, é que ela falou da agência francesa e a agência francesa tá trabalhando com o professor Nicomunge, geólogo aqui da USP, no sentido de perfurar, já foram feitos, não foi só uma perfuração de oito metros e pouco que foi feito, eles estão trabalhando também com algumas perfurações muito superficiais para fazer datações, né, então essa agência francesa, inclusive até tenho o e-mail da professora, eu to assim, esperando uma oportunidade pra mandar um e-mail pra ela, pra chamar



ela pra ajudar a gente a ir atrás de um financiamento pra perfuração, porque a perfuração vai dar um outro foco, inclusive pra própria população que tá lá, que eu acho assim não necessariamente a gente precisa tirar todas as pessoas, a gente precisa tirar as pessoas que estão na Várzea, que é um lugar insalubre ocupado. Então a gente poderia aproveitar o restante da população para trabalhar lá, o presídio, por exemplo, o Walter Pesque, tem a idéia, quando ele era subprefeito ativo, tinha a idéia de tirar o presídio e fazer aquilo lá uma escola, um albergue, um próprio museu, porque nas outras crateras, a gente tem uma cratera na Alemanha que é ocupada, tem uma cidade muito maior do que essa, ela é maior também, não é três quilômetros e tanto, eu acho que é cento e quarenta quilômetros e a formação dela é bem antes dessa, e a gente tem também a cratera de Metol, onde tem um museu onde eles fazem turismo científico, que esse daí poderia ser o foco muito legal pra região. Então eu acho assim, concordo com o Sérgio, a gente tem que pensar em tirar o pessoal de lá, mas acho que não todo, não todo, mas a gente tem que ir um pouquinho mais embaixo, a gente tem que comprovar a origem da cratera, tá bom? Ah, e uma outra coisa só, o presídio veio antes da ocupação, inclusive, então, inclusive a Cipriana era correligionária do Quércia, o Quércia passou o licenciamento do presídio a toque de caixa, em dois, três meses, no projeto tinha o tratamento dos efluentes, não existe hoje lá, enfim e também quando a Cipriana foi julgada, o próprio juiz virou e falou: Se o governo coloca um presídio lá, porque não ocupar a região, tá?

Coordenadora Helena Magozo: Gente, eu pediria só pra gente se detivar...

Cons. Miriam Barcellos: Por favor, o Quércia chegou logo após o governo do Montoro....

Coordenadora Helena Magozo: Zânia, por favor?

Zânia: Eu pedi na apresentação fosse citada a possibilidade de criação de áreas particulares de preservação, através, uma das fontes de recursos seria o FEMA, eu queria saber em que ponto que tá isso, se esse edital tá em estudo ou, e quanto que representaria o total da cratera essas áreas particulares de preservação, potenciais áreas...

Coordenadora Helena Magozo: Depende da adesão, né Zânia. Por favor, Anita, fale no microfone:

Anita Correia de Souza: Eu esqueci meus mapas, eu pedi pra você, a gente ia trazer um mapa do uso do solo, que isso ficaria mais claro, então o que interessaria seriam áreas de mata, de vegetação nativa, fugindo do que fosse agricultura, então tem que se pensar nisso, não é setenta, porque setenta é a área, que não é presídio, que não é loteamento e que não é o parque, todo esse resto era passiva de se transformar em RPPM caso seja vontade dos seus proprietários e existam atributos ambientais, quer dizer, as áreas que tem vegetação nativa e tudo mais. Então olha a gente começou essa negociação, na



verdade eu tava de licença no ano passado até e houve uma negociação da nossa divisão porque, por conta desses vários editais que tiveram para as Apas, a gente deixou isso em stand by, eu tenho uma reunião dia 18, né, Mara, pra a gente conversar sobre isso, uma pessoa que tava me acompanhando, o biólogo que tava me acompanhando foi substituído agora, e o Pedro que é do Parque Natural do Carmo, que na verdade é na zona leste mas que vai contribuir, que tem uma experiência profissional nisso, ele vai contribuir com a gente com a elaboração desse edital, então já tem essa reunião para o dia 18, eu creio que assim, o quanto antes a gente puder, em um mês já ter uma proposta, né, enfim, a gente tá bem motivado pra isso.

Cons. Sérgio Costa: Sergio Costa, Instituto de Engenharia, quando eu apresentei essa proposta, é assim, a gente como engenheiro faz sempre um cenário pra gente partir, a proposta que eu parti não significa realmente remoção, simplesmente um critério para ter uma noção, então por exemplo você pega cento e vinte milhões, são dez prédios de doze milhões, que é baba, isso quer dizer, são dez prédios que a gente faria e resolveria o problema, se não der pra remover, porque não é pra ser removidas, as pessoas são proprietários dessa área, quer dizer, é um dinheiro que você tem pra trabalhar como parâmetro, a minha grande preocupação com a área é a proteção da área, se as pessoas vão ficar lá pro bem da área, elas devem continuar lá, por sinal, também sou um proprietário lá da área, *** passou do lado do meu terreno lá, na época a nossa grande preocupação foi que ele passasse por cima do nosso terreno, e desapropriaram uma área de meu vizinho, uma área grande, uma faixa grande dele de terra, por sinal ele *** o outro terreno dele de dois alqueires que ele não sabe o que fazer, ficou do outro lado do *** vizinho, não meu, então eu também tenho as minhas preocupações com a área, mas esse ponto de partida, é o que eu digo é por na prática, não que eu gostaria, a sugestão que eu fiz, foi de que a gente no momento inicial desse você faz um **brainstorming** que a gente tenha o momento de partida, que a gente ajudasse a secretaria com um projeto, ta certo, que a gente saísse do debate, da *** e que fosse pra prática, então é isso que eu proponho, que a gente depois chame os técnicos pra que nos ajudem, que conhecem melhor a área, que conhece melhor o problema, que conhece a legislação pertinente, mas que a gente amanhã chame as entidades e que a tente ajudar a secretaria dessa forma, de proteger essa área que eu ressalto, ela é importantíssima pra cidade de São Paulo, até porque ela é única, então nós não temos muita escolha.

Coordenadora Helena Magozo: Muito Obrigada, Sergio, o secretário foi chamado pelo prefeito e pediu desculpas, ele precisou se retirar. Bom, então vamos pra segunda parte aqui da nossa reunião, primeiro eu tinha até esquecido de mencionar pra vocês, nós tivemos um pedido que veio através de um vereador, mas na verdade nós tivemos pedidos de várias entidades pra que nós prolongássemos o dia de entrega, o dia limite de entrega dos projetos, do edital FEMA o número sete de educação ambiental, de 22 pra 29 de maio, que é a mesma data de entrega do seis, acho que a gente manter **** essa uma semana parece que tá fazendo diferença, então é isso que eu queria deliberar com vocês,



os conselheiros que são favoráveis a prolongar por mais uma semana a entrega dos projetos do edital sete, permaneçam como estão, então está aprovada a prorrogação por uma semana do prazo de entrega do edital número sete. Agora nós temos três, três processos pra deliberação e o Rubens vai estar explicando cada um deles pra vocês.

Rubens : Bom dia a todos, como foi pedido no início a inclusão de pauta, são três processos que chegaram para nós, lá na administração do FEMA, depois da emissão da convocação, por isso que não constava na pauta que foi encaminhada pra vocês, conselheiros, são projetos da subprefeitura de Perus e Pirituba, que é daquela região do aterro do Bandeirantes e esses processos são relativos à aplicação dos recursos de crédito de carbono. Então o primeiro processo é o processo de implantação da praça da rua Osvaldo de Souza Pinto, o processo tá aqui com a gente, a obra já está em andamento e o que tá sendo pedido nesse processo é o reajuste por conta da nova tabela de EDIF que é a tabela de referência dos preços das obras, né, da prefeitura, e por conta disso tem que haver necessariamente um reajuste do contrato que já está em andamento. Então da implantação da praça da rua Osvaldo de Souza Pinto, o valor solicitado de reajuste é de dez mil e seis reais e trinta e três centavos, então queria perguntar, o processo está aqui pra consulta, disponível, eu queria perguntar se alguém gostaria de fazer alguma colocação, ou se a gente pode, o valor total da obra é cento e trinta e nove mil novecentos e setenta e um e quarenta e nove , mas essa obra já foi aprovada em um momento anterior, dez mil só de reajuste do valor, por conta da revisão da tabela da EDIF. Então necessariamente tem que haver um reajuste do contrato e como já houve a aprovação anterior desse conselho pra essa obra, então a gente tá colocando aqui porque vai onerar a dotação do FEMA, então a gente tá colocando pra votação uma aprovação desse reajuste também. Então mais alguma colocação, então vamos para votação, os conselheiros que são favoráveis ao reajuste do processo da praça da rua Osvaldo de Souza Pinto, localizado na região da subprefeitura de Perus, que permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. O segundo processo é o processo de implantação, do projeto executivo da unidade dois da subprefeitura de Perus, eu não sei se vocês lembram, é aquela obra que foi permutada, pra liberação de uma área pra implantação do parque Perus, o parque MA de Perus, também já foi discutido aqui nesse conselho e aprovado pelo mesmo motivo do reajuste da tabela EDIF, tá sendo solicitado mais um valor, que é o reajuste do total de cento e quarenta mil, novecentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos, o valor inicial da obra era de um milhão, setecentos e dezessete mil, setecentos e dois reais e trinta e nove centavos. Então alguém gostaria de falar alguma coisa, não...

Orador não identificado: Eu to achando um pouco alto o valor do reajuste, é o percentual, esse valor corresponde ao reajuste anual da tabela de EDIF?

Rubens : É o reajuste anual, deixa eu só confirmar no processo...

Coordenadora Helena Magozo: (incompreensível, não falou no microfone)



Orador não identificado: Não é os dois estão altos é que o outro...

Coordenadora Helena Magozo: (incompreensível, não falou no microfone)

Orador não identificado: Percentualmente é o mesmo.

Rubens : É o processo contém a planilha com os preços unitários, o preço total, as quantidades, então se quiser dar uma consultada antes da deliberação, está disponível.

Orador não identificado: Eu acho que a dúvida do **** é razoável pelo seguinte, a inflação do ano passado, 2008 está em volta de quatro e meio a cinco por cento, nós estamos falando em dez por cento, eu acho que é essa foi a dúvida que ela se referiu, um aumento de dez por cento portanto muito superior, o dobro em relação à inflação, se o EDIF faz isso baseado em alguma fórmula qualquer, diferente do nível de inflação, então não vou discutir, mas realmente chama a atenção à diferença entre as tabela do EDIF e a inflação preconizada por qualquer índice do governo.

Rubens : Só um detalhe...

Cons. Sergio Costa : Pelo que eu entendi, isso é uma mera adequação a tabela do EDIF, quer dizer, nós estaríamos discutindo então a formatação da tabela, pelo que eu entendi, nós estamos votando ele se adequar à tabela do EDIF.

Orador não identificado: Exato.O que nós estamos estranhando nós dois aqui, é a tabela do EDIF, concordo com você, Sergio, a tabela do EDIF é muito superior à inflação do ano é o dobro.

Rubens: Só pra, a gente tem dois representantes aqui da coordenação da administração e finança.

Cons. Maria Lúcia: Na verdade, o que precisa ver é assim, o índice de inflação mudou....

Coordenadora Helena Magozo: Lúcia, eu tenho uma informação importante, o que o Amauri acaba de me informar é que havia dois anos que não era majorada a tabela EDIF, então essa majoração é correspondente não, isso eu acho que é um elemento importante.

Rubens: Só um detalhe, eu to vendo aqui no processo da praça Osvaldo de Souza Pinto, consta uma manifestação do coordenador de obras da subprefeitura, em que ele fala isso, que o valor estimado foi com base na planilha de 2007, que era a planilha vigente e que agora esse reajuste está sendo feito e eles estão solicitando essa, inclusive ele coloca aqui que esse valor foi avaliado pelo



Tribunal de Contas e o próprio Tribunal de Contas sugeriu que houvesse essa adequação dos valores.

Orador não identificado: A base dessa daqui você sabe?

Rubens: Esse processo eu não sei.

Cons. Miriam Barcellos: O processo da implantação da praça Osvaldo Souza Pinto é de quando?

Rubens : O processo ele foi autuado em 2007. O processo é de 2009, a tabela foi com base em 2007 que era a tabela vigente até então e agora saiu a nova tabela, e então há a necessidade da readequação dos valores.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Só uma observação, eu acompanhei algumas licitações, em que faltavam candidatos, as empresas interessadas, a gente foi avaliar o porque, era justamente porque não tinha tido lançamento, tava atrasado a reatualização da tabela da tabela EDIF e eles achavam que não podiam cumprir o contrato com aquele valor, então eles não, ai que a gente começou a entender, até a pressionar para que tivesse alguma resolução nessa questão.

Rubens : Então vamos pra votação do projeto da unidade dois da subprefeitura de Perus, os conselheiros que forem favoráveis ao reajuste proposto pela subprefeitura de Perus para a unidade dois da subprefeitura permaneçam como estão. Então aprovado por unanimidade. Bom, o terceiro processo é um processo de contratação de empresas para prestação de serviço de desfazimento e demolição de construções irregulares localizadas em áreas de proteção ambiental, esse processo também já passou por esse CONFEMA, já foi apresentado, já foi discutido em outra ocasião, esse desfazimento ele abrange não só a subprefeitura de Pirituba, mas também Perus, Santana, Casa Verde, Pirituba, Jaraguá, são todas as subprefeituras da região norte que são afetadas, foi não, que foram afetadas pelo funcionamento do aterro, do aterro Bandeirantes, e que está sendo proposta também, aqui no caso é uma prorrogação do contrato e aí essa prorrogação envolve também um custo a mais da contratação, ta, esse valor, tava aqui anotado..

Coordenadora Helena Magozo: Esse processo ele tem uma especificidade e é até por isso que o Amauri e a Mônica estão aqui. Ele foi, o recurso foi dado a licença pra utilização do recurso sem passar pelo CONFEMA e eles se perceberam disso a tempo, nós chamamos de volta o processo, pra ter deliberação do CONFEMA, pra só depois dar prosseguimento do seu encaminhamento, quer dizer, o que o CONFEMA decidir é definitivo em relação ao encaminhamento que a gente vai dar a esse processo, então era um processo que deveria ter tido, anteriormente, vocês vão analisar o processo, vocês vão ver



que já tem a questão da transferência do recurso, mas são todas questões que a decisão do CONFEMA, define o encaminhamento que a gente dá a partir daqui e que foi trazido nessa condição.

Rubens: Só complementando a informação, o valor dessa transferência que será feita, deverá ser ou não, dependendo da deliberação a subprefeitura de Perus, é de seiscentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais, esse valor corresponde a oito meses de prorrogação ou seja, até o final desse exercício e é pra conclusão de um trabalho que também já foi iniciado, que é o desfazimento de construções irregulares em área de proteção ambiental. Alguém gostaria de fazer algum comentário?

Cons. Sergio Costa : O valor de seiscentos mil reais que eles estão propondo é um aditamento ao contrato ? Certo?

Rubens: É, um aditamento ao contrato. Não é contrato

Cons. Sergio Costa : Não é contrato.

Rubens: Prorrogação de prazo e valor..certo ?

Cons. Sergio Costa : E valor, então o orçamento não foi correto?

Rubens: Não, o orçamento foi correto pra um período de um ano, nós estamos prorrogando por mais oito meses, até o final do ano, por conta da conclusão dos trabalhos, que deverá ser, foi ampliado inclusive e essa prorrogação envolve também o custo, o aditamento do valor dessa contratação.

Cons. Sergio Costa : A minha dúvida é a respeito, é a seguinte, existia um escopo em relação ao trabalho certo, demolir dez construções irregulares, tá, imagino eu, certo, no que você tá me dizendo que em certa altura do campeonato alguém chegou a conclusão que não eram dez, eram doze, ou quinze, o número não sei se importa, então por isso pediram esse aditamento, se as construções eram dez, continuam dez, eu não vejo porque a fazer um aditamento de prazo e de valor, se aumentou o número, o escopo de fornecimento OK, eu concordo, senão eu gostaria de saber porque.

Rubens: Eu não tenho essa informação aqui.

Coordenadora Helena Magozo: Você tem esse esclarecimento, Mônica? Amauri, você entendeu a pergunta do conselheiro? Se houve um aumento no quantitativo de serviços que justifica a solicitação desse valor, ou a que se deve a solicitação desse valor? Quer falar no microfone, por favor, Amauri.



Amauri: Com licença, eu acho que a questão é se houve alguma uma alteração no escopo, não é isso? É isso aí.

Orador não identificado: É isso aí.

Cons. Sergio Costa : Porque é assim, se um aditamento é menor que vinte e cinco por cento e se o escopo continuam os mesmos, não tem problema à gente aprovar, o problema é se houve mudança no escopo.É isso que eu quero saber. A verdade é essa.

Coordenadora Helena Magozo: Olha gente, a minha proposta é a seguinte, se o Amauri responder, tudo bem, se ele não responder fica a esclarecimento pra próxima reunião extraordinária, Amauri, você pode responder ou prorrogamos a conversa?

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Tá certo a pergunta, muito certo, correto.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone)

Coordenadora Helena Magozo: Gente, então vamos a proposta, conselheiros? A proposta é que nós temos , que nós tenhamos os elementos de informação que são requeridos que são muito importantes e nós deliberemos na próxima reunião, daqui a quinze dias, tá bom? Muito obrigada à presença de todos. Obrigado.